

## RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

# Os cuidados com a saúde dos trabalhadores da Segurança Pública

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



**GOIÂNIA, 03 OUTUBRO DE 2017.**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Alameda dos Buritis, nº 231 Setor Oeste  
CEP: 74.019-900 – Goiânia – GO - Fone: (62) 3221-3042 - E-mail: cspalego@gmail.com

## APRESENTAÇÃO

A audiência pública realizada no dia 03 de outubro de 2017, das 08:30 às 12:30 horas, foi organizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa de sua presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no auditório Solon Amaral desta casa de leis. Teve como objetivo debater a saúde dos trabalhadores da Segurança Pública no Estado de Goiás.

O evento foi provocado após reunião com o Sindicato dos Policiais do Estado de Goiás (Sinpol) no dia 26 de junho de 2017, juntamente com representantes da União Goiana dos Policiais Civis (UGOPOCI) e da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás (ADPEGO), que iniciou uma discussão sobre as doenças psicológicas e psicossomáticas que estão crescentemente afetando os policiais civis. Na referida reunião discutiu-se as causas do adoecimento dos policiais, bem como a necessidade de estudos para levantamento de informações que sirvam de orientação para aplicação de medidas de prevenção e combate às doenças que mais afetam à classe.

Na reunião mencionada acima também destacou-se a necessidade de conscientização dos policiais sobre o alto índice de doenças físicas e psíquicas que estão tomando a categoria, principalmente no sentido de superar barreiras de preconceitos e paradigmas que impedem a discussão do assunto e bloqueiam a aplicação de tratamentos adequados.

Tendo em vista a carência de debate sobre o tema, a Comissão de Segurança Pública decidiu realizar a referida Audiência Pública para ampliar a discussão e buscar medidas que visem melhorar o cuidado com a saúde dos operadores da segurança pública.

## RELATÓRIO

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidente Deputada Delegada Adriana Accorsi, realizou a Audiência Pública que discutiu sobre os cuidados com a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública. O evento aconteceu no Auditório Solon Amaral, às 08:30 horas do dia 03 de outubro de 2017.

A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidente da Comissão Deputada **Delegada Adriana Accorsi**, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, **Ricardo Balestreri**; pelo presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB, **Edemundo Dias de Oliveira Filho**; pelo Diretor Jurídico do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Goiás e Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, **Marcelo de Azevedo** e pelo Psicólogo Criminal da Polícia Técnico Científica do Estado de Goiás, **Leonardo Ferreira**.



Em seu discurso de abertura do evento, a presidente da CSP Deputada Delegada Adriana Accorsi citou que um dos objetivos da audiência é dar visibilidade e atenção à saúde dos trabalhadores da segurança pública. Acrescentou que os grandes desafios enfrentados

pela categoria fez-se ocasionar um aumento no número de doenças. Portanto, destacou que a situação é bastante grave.

Além disso, a presidente da CSP pontuou a veemente necessidade de apoio às instituições diante das dificuldades que envolvem a saúde da categoria, especialmente desta Casa Legislativa. Por fim, relatou a importância em implantar medidas de prevenção e combate às doenças mentais que acometem atualmente os trabalhadores da segurança pública e a necessidade de cuidar daqueles que cuidam da sociedade.

Em seguida, iniciou a palestra o Policial Rodoviário Federal, Marcelo de Azevedo, sobre um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sobre a “Saúde dos Trabalhadores em Segurança Pública: um olhar sobre os PRF’s.” O propósito desse estudo foi verificar as condições de saúde dos profissionais da segurança, avaliando diversos aspectos, como exemplo: a incidência de doenças, a questão da vitimização policial, a idade média de morte da categoria, mortes relacionadas com a atividade policial, índice de suicídio, as condições de saúde mental e seus efeitos na vida dos trabalhadores da segurança pública.



Esse estudo abordou também as principais doenças que afetam os policiais rodoviários federais, dentre as doenças físicas estão as osteomusculares, digestivas e cardiovasculares, muitas em decorrência direta ou indiretamente da atividade policial. Além das doenças físicas, o estudo também tratou sobre as moléstias mentais dos policiais, sendo esta, pior que a saúde física. O palestrante enfatizou a ausência de acompanhamento

periódico dos profissionais, não só após vivenciar situações traumáticas, mas no seu cotidiano também. O referido estudo encontra-se anexo no relatório (Anexo I).

Na mensagem final, o policial Marcelo de Azevedo ressaltou que os profissionais da segurança pública pedem socorro e estão precisando de apoio social. Os policiais colocam sua vida em risco em prol da sociedade, mas não possuem condições apropriadas de trabalho, faltam recursos financeiros para investimentos em viaturas e armamentos. Por fim, destacou-se a necessidade de uma reforma das instituições de segurança pública e um tratamento diferenciado para a saúde física e mental dos profissionais.

Em seguida, o psicólogo criminal Leonardo Machado enfatizou sobre a saúde mental da categoria e os estigmas que a cercam. Os problemas mentais são devidos ao alto índice de estresse da categoria, que lida com muitas situações de crise no seu cotidiano. Pontuou que esse tipo de moléstia envolve o processo de pensar e também de gerar emoções dos policiais, problemas de raciocínio, memória, atenção, bem como produção excessiva de adrenalina e cortisol. Além disso, destacou a necessidade de romper preconceitos, próprios e alheios, que dificultam o policial de procurar ajuda e tratamento.



Leonardo também relatou sobre a Síndrome de Bournout que frequentemente acomete os policiais. A síndrome revela que as causas do estresse estão diretamente relacionadas com o desempenho das funções laborais. Citou que uma das consequências dessa Síndrome é o suicídio, visto inicialmente como mecanismo de resolução de conflitos. O teor da palestra também está anexo no relatório para pesquisa (Anexo II).

Por fim, o palestrante destacou que “o indivíduo não é a doença, esta é apenas um estado da pessoa em determinado momento. E uma pessoa que padece de transtornos mentais pode ser sim uma pessoa produtiva e aproveitada pela sociedade, tanto dentro da segurança pública quanto fora dela.”

Nesse momento a presidente da CSP sugeriu que fossem realizados atendimentos permanentes aos trabalhadores da segurança pública, bem como medidas no sentido de sensibilizar os chefes e superiores dessa problemática e ações de apoio aos policiais. A Delegada Deputada Adriana Accorsi também enfatizou a importância em incluir no currículo da academia de polícia discussões acerca da importância do policial procurar tratamento, caso necessite no exercício da profissão.

Em seguida, os componentes da mesa expressaram sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que afirmou que o operador de segurança pública é um cuidador da cidadania e questionou: “E quem cuida dos cuidadores?”. Ressaltou que vivem um eterno paradoxo - ao mesmo tempo que desempenham um serviço importantíssimo, em que colocam sua própria vida ao bem do outro, sentem-se impotentes devido às condições precárias de trabalho.

Ricardo Balestreri lamentou o não oferecimento de conhecimentos de psicologia aos policiais brasileiros por dois motivos: para que saibam lidar com o outro e consigo mesmo. Relatou que em sua gestão como Secretário Nacional de Segurança Pública foi realizada uma pesquisa nacional para saber quais os cuidados psicológicos que os operadores de segurança pública recebiam e constatou-se que quase não recebem oportunidades de atendimento/acolhimento no campo psicológico e muito menos de formação nessa área.

O secretário comentou sobre os pontos a serem trabalhados com os operadores da segurança pública para fortalecê-los:

- Síndrome da onipotência: reforçou a opinião do Dr. Leonardo que se deve trabalhar a síndrome da onipotência com os operadores da segurança pública – “eles acham que não podem ser fracos e nem falhar”. Diz estar presente principalmente entre os homens, por já carregarem essa ideia desde sua criação. Segundo o secretário, as mulheres são mais fortes emocionalmente que os homens e com o olhar mais detalhista, o que as faz superar esse mito da onipotência. Deu como exemplo o caso da Colômbia, que implantou uma reforma policial que resultou na redução da violência. O gestor da reforma na

época – Hugo Acero (nove anos secretário de Segurança e Convivência da Prefeitura de Bogotá) – afirmava que o fator fundamental para o sucesso foi a exigência de 30% da polícia ser feminina. Ricardo informou: “Hoje, na Polícia Militar temos 10% de efetivo feminino, mas já anuncio em público que no próximo concurso será colocado a exigência de, pelo menos, 20% de mulheres”.

- Síndrome de impotência: a sensação de que tudo que faz de nada adianta para resolver os problemas da segurança pública. Segundo o secretário, a única saída é fazer bem seu trabalho, mesmo que os outros não façam.
- Banalização da dor.
- Trabalhar psicologicamente com os lutos e as perdas.
- Trabalhar a depressão, a ansiedade, o medo, o bullying interno, o assédio moral institucional e a formação motivacional “Por que você entrou para polícia?”.



Entre as ações que o Governo do Estado está tomando para minimizar esses fatos, o secretário destacou:

- **Introduzir um programa de formação de direitos humanos e cidadania policial**, que começará brevemente e será o mesmo sistema usado na Secretaria Nacional de Segurança Pública, no qual será feito um trabalho

Página 7 de 30

com lideranças de forças multiplicadoras (entre 750 e 1000 policiais) dentro das corporações.

- **Alterar a legislação da AC2<sup>1</sup>**, solicitou o apoio dos deputados estaduais, para a alteração da legislação que trata da indenização por horas-aula ministradas (AC2) a serem pagas, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, que segundo Balestreri a qualquer momento está para chegar nesta Casa de Leis. Indignado, relatou que nessa lei não pode extrapolar o pagamento de R\$ 700,00 por mês para o servidor que ministrar aulas ou palestras. Informou que planejava trazer pessoas de renome, tais como Paulo Storani (ex-capitão do BOPE do Rio de Janeiro) e não conseguiu trazer porque a lei também não permite trazer nenhum palestrante de fora do estado e pagar – “Isto é lei aqui em Goiás. Vejam como dificulta trabalhar a formação e capacitação dessas forças de segurança”, enfatizou o secretário.
- **Trabalhar os elementos psicológicos dos operadores de segurança pública:** o secretário sugeriu que além de trabalhar individualmente os profissionais já acometidos por problemas psicológicos com terapias, deve-se trabalhar também a prevenção. Nesse sentido, as medidas de precaução devem ser tratadas de preferência na formação dos policiais, por fazer parte de sua formação central, assim como as aulas de armamento e tiro. Ricardo afirmou que a formação humanística e a técnica devem ter a mesma importância: “Precisamos de policiais equilibrados psicologicamente para respeitar o limite da lei e da moralidade”.

---

<sup>1</sup> Lei nº 15.949, de 29 de dezembro de 2006 (Dispõe sobre a ajuda de custo, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências): em seu artigo 3º trata do valor a ser pago por aulas ministradas referenciado como AC2:

“Art. 3º A indenização por horas-aula ministradas –AC2– será paga ao policial civil, ou técnico-científico ou militar ou bombeiro militar, membro do corpo docente dos colégios militares e das unidades de ensino da Academia Estadual de Segurança Pública e das Gerências de Ensino Policial Técnico-Científica, Policial Civil e Bombeiros Militar, em valor mensal não excedente a R\$ 700,00 (setecentos reais), conforme dispuserem Instruções Normativas a ser baixadas pelos Comandantes-Gerais, Delegado-Geral da Polícia Civil e Superintendente de Polícia Técnico-Científica, nas respectivas áreas de atuação, para custeio de despesas extraordinárias, notadamente com qualificação profissional específica para o desempenho do magistério e atualização intelectual.”

Logo após, teve a palavra o representante da OAB Edemundo Dias Filho em que frisou a importância do tema tratado e que o mesmo está diretamente relacionado com os direitos humanos. Pontuou sua decepção quanto ao mediatismo da política brasileira, em que os planos e programas são apresentados visando apenas resultados rápidos e imediatos. Enquanto mudanças estruturais que ensejam quebra de paradigmas são muitas vezes deixadas de lado. Quando Diretor da Casa de Prisão Provisória testemunhou a falta de instalações e investimentos na saúde da referida unidade, sem profissionais que pudessem atender tanto os policiais quanto os presos.



Passada essa fase, a deputada Delegada Adriana Accorsi abriu o debate para os participantes da Audiência Pública, no qual foram ouvidos representantes de vários segmentos da segurança pública sucedendo diversos encaminhamentos e relatos de casos de sucesso já implantados em alguns desses segmentos – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Rodoviária Federal:

O Tenente Coronel Marcus Nascimento (Diretor Clínico do Hospital do Policial Militar) relatou as medidas adotadas para melhorar a saúde e o bem-estar do policial militar:

- Foi detectado a dificuldade do militar em aceitar o tratamento de saúde porque na prática isso dificultava sua progressão na carreira. A portaria que tratava o assunto foi modificada em 2013, para que mesmo em tratamento

médico ou restrição médica o militar conseguisse progressão na carreira, bem como participar de cursos que favorecessem a progressão.

- Programa de Inspeção de Saúde do Militar: avaliação anual médica, odontológica e psicológica para todos os militares.
- Junta Central de Saúde, onde é possível coletar dados sobre a saúde do militar.
- Prospam (Processo de Avaliação Psicológico para Restituição de Armas de Fogo) – para acompanhamento de todos os militares em tratamento psiquiátrico e psicológico, com o intuito de avaliar a eficácia e os resultados do tratamento.



A psicóloga e coordenadora do Centro de Saúde da Polícia Civil do Estado de Goiás, Luana informou que a Polícia Civil tem alguns números de policiais que estão adoentados, mas que a corporação está tentando melhorar esses dados com visitas que serão iniciadas a partir do próximo mês no interior do estado. Relatou que a Polícia Civil instituiu no ano passado o projeto Cores, que tem o propósito de divulgar e conscientizar os servidores sobre várias questões ligadas a saúde, a exemplo de câncer de mama, câncer de próstata, AIDS e suicídio.

O Coronel Adriano (Subcomandante de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás) relatou como funciona os cuidados com a saúde no Corpo de Bombeiros Militar:

- Há cinco anos foi estabelecido o exame periódico e junto com ele foi criado o NIAB (Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial), determinando que a promoção do oficial seja vinculada com a participação no exame periódico. Ressaltou que com esses exames periódicos é possível obter números estatísticos da saúde dos bombeiros.
- Além disso, o NIAB tem um programa, o Programa In-Atividade – PROIN, com duração de dois anos, com o intuito de preparar os bombeiros para a aposentadoria. Este programa inclui cursos voltados para o empreendedorismo, a saúde em geral, dentre outros assuntos.
- A corporação conta hoje com 10 médicos. O Coronel Adriano reivindicou a necessidade urgente de realização de concurso público para a categoria, especialmente para médicos, pois em 27 anos houve apenas dois concursos na área, sendo o último em 2004.

O Sargento Braga (União dos Militares do Estado de Goiás/Unimil) relatou sobre os excessos na jornada de trabalho dos Policiais Militares, especialmente no mês de julho. Esclareceu que existe a regulamentação da jornada dos policiais militares em Goiás na Portaria 2550, porém esta não está sendo aplicada – ocorre regulamente excessos de jornada em toda Corporação. Revela que essa mesma situação está ocorrendo no Corpo de Bombeiros.

A psicóloga da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, Bruna informou que elaborou uma pesquisa junto com a APBM (Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Goiás), que identificou que 58% dos policiais militares sofrem de transtornos de ansiedade. Nesse sentido, a principal reivindicação dos colaboradores da pesquisa é a disponibilização de um local apropriado para atendê-los e auxiliá-los nos traumas.

Essa pesquisa também identificou que os profissionais da segurança pública não estão preparados para lidar com a inteligibilidade do sofrimento. A psicóloga aproveitou a oportunidade para se colocar à disposição na realização de um trabalho de políticas públicas com círculos de palestras de prevenção sobre saúde psíquica e emocional. O conteúdo da pesquisa está em anexo no relatório (Anexo III).

O palestrante Marcelo de Azevedo (Policial Rodoviário Federal), em sua fala final pontuou algumas iniciativas realizadas no âmbito da Polícia Rodoviária Federal com o intuito de prevenir doenças:

- Programa Patrulha da Saúde: realiza encontros periódicos com os servidores, nos quais são realizados exames por médicos e psicólogos do quadro da PRF. Destacou que esses profissionais são policiais rodoviários federais não pertencentes do quadro próprio de saúde, são apenas voluntários que colaboram com as atividades de bem estar físico e psicológico da categoria.
- É oferecido aos servidores, uma carga horária específica em seu horário de trabalho, para a realização de atividade física. Em contrapartida, eles se comprometem a realizar exames de saúde periodicamente e apresentar resultados.
- Programa para Aposentadoria, com o intuito de preparar o servidor para a inatividade.
- Palestras em grupos, trabalhando temas como: suicídio, saúde, convivência familiar.
- Convênio do sindicato com psicólogos para disponibilização de atendimento aos servidores.

A deputada Delegada Adriana Accorsi sugeriu universalizar nas unidades de Segurança Pública as boas práticas já existentes.

As sugestões de encaminhamentos estão no final do relatório. A audiência pública encerrou-se às 12h30.



**Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi**  
*Presidente da Comissão de Segurança Pública*

## SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS

- 1- **Marcelo Azevedo (Diretor Jurídico do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Goiás)** – sugeriu a execução de uma reforma nas instituições policiais, com ênfase para saúde física e mental dos policiais. Relatou a falta de recursos financeiros, a falta de investimento em equipamentos e viaturas policiais e equipamentos inadequados.
  - **Deputada Delegada Adriana Accorsi:**
    - Sugeriu que se faça um trabalho de sensibilização com os chefes dos operadores de segurança pública para que eles percebam quando um colega estiver passando por problemas.
    - Sugeriu que na grade do curso de formação do operador de segurança pública exista um espaço para orientação psicológica, reforçando que não é vergonha ficar doente ou passar por problemas.
  
- 2- **Nelma Félix (Vice-Presidente da União Goiana dos Policiais Civis)** – Cobrar dos deputados aprovação de emendas orçamentárias voltadas para a área de assistência social das instituições de segurança pública.
  
- 3- **Paulo Sérgio Alves de Araújo (Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás – SINPOL)** – Sugeriu que seja feito um estudo para levantar os dados estatísticos referentes à saúde do operador da segurança pública.
  - **Deputada Delegada Adriana Accorsi** – Se comprometeu a apoiar o Programa Saúde do Trabalhador que será implantado, segundo o Presidente do SINPOL, ainda esse ano na 9ª. Delegacia de Polícia Civil.
  
- 4- **Sargento Braga (União dos Militares do Estado de Goiás/Unimil)** – Informou que existe hoje vigente na Polícia Militar de Goiás a Portaria 2550, que regula a jornada de trabalho dos PMs, porém não vem sendo aplicada – ocorre excessos de jornada em toda Corporação. O mesmo ocorre com o Corpo de Bombeiros (excesso de jornada) especialmente no mês de julho.

- Elaborar ofício para a Secretaria de Segurança Pública solicitando que a Portaria 2550 seja cumprida;
- Elaborar ofício para a Secretaria de Segurança Pública relatando o excesso de jornada do Corpo de Bombeiros, especialmente no mês de julho;
- Elaborar ofício para a Secretaria de Segurança Pública solicitando a nomeação de classificados em concursos públicos vigentes.

**5- Paulo Afonso da Silva (Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Goiás)** – Relatou que o estudo realizado pela Polícia Rodoviária Federal sobre as condições de saúde de seus policiais (apresentado pelo palestrante) é um insumo para provar que o trabalho do policial é diferenciado de outras categorias e, portanto, deveria assim ser considerado na Reforma Previdenciária que está sendo alterada pelo Congresso.

- **Deputada Delegada Adriana Accorsi** – Comprometeu-se a encaminhar sua reivindicação para o governo federal e para os deputados federais de Goiás.

**6- Juliano (Agente Prisional, representante do Superintendente Executivo de Administração Penitenciária de Goiás, Tenente Coronel Newton Castilho)** –

- Elaborar ofício para a Secretaria de Segurança Pública relatando o excesso de jornada dos agentes prisionais.
  - **Deputada Delegada Adriana Accorsi** –
    - Comprometeu-se a apoiar a criação da Unidade Assistencial para os Agentes Prisionais;
    - Comprometeu-se a elaborar emenda parlamentar, ainda neste ano, destinando recursos para todos os órgãos de assistência das entidades de Segurança Pública. Irá também buscar o apoio de todos os deputados da Comissão de Segurança Pública sobre essa questão.

**7- Deputada Delegada Adriana Accorsi** –

- Comprometeu-se a marcar uma visita da Comissão de Segurança Pública ao Hospital do Policial Militar para assim, conhecer o trabalho de melhoria

implantado e elaborar um relatório para compartilhar com as outras forças de segurança (e para o Secretário de Segurança Pública) esta ação de sucesso.

- Sugeriu a implantação do programa de preparação para a aposentadoria realizado no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás nas outras corporações de segurança, buscando universalizar as boas práticas já existentes.
- Sugeriu universalizar nas unidades de Segurança Pública as boas práticas que já existem.
- Solicitou a pesquisa realizada pela psicóloga Bruna, para acrescentar dados e informações ao trabalho da Comissão de Segurança Pública.

8- **Comissão de Segurança Pública** - Realizar parceria com a psicóloga Bruna para estender a realização dos círculos de palestras para prevenção e orientação sobre a saúde dos servidores para todos os operadores da segurança pública.

9- **Tenente Coronel Miriam (Psicóloga do Hospital do Policial Militar e Representante do Conselho de Psicologia)** – Ressaltou a urgência de melhorar o quadro de profissionais da saúde nas outras instituições de Segurança Pública – “a prevenção tem que ser institucional”.

10- **Amilton (Gerência de Saúde e Prevenção)** – Sugeriu a inclusão no orçamento público de dotações para a implementação de políticas de saúde e segurança dos servidores definidas na Lei 19.145/2015 – que versa sobre a Política de Saúde e Segurança do Trabalho dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado de Goiás. Como exemplo do art. 17 da referida Lei, no qual trata da existência de uma equipe multiprofissional, composta, quando possível, por Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Assistente Social, Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico e Fonoaudiólogo para cuidar da saúde dos servidores. Frisou que a Lei já existe e basta ser aplicada.

**11- Veronice (Psicóloga da Polícia Técnica Científica do Estado de Goiás) –**

- Criação do quadro de saúde dentro das instituições da Segurança Pública do Estado.
- Revitalização do CGIAS – Comissão de Gestão Integrada de Atenção à Saúde dos Servidores de Segurança Pública - um grupo gestor que atuava no sentido de discutir políticas e ações de segurança do trabalho para operacionalização pelos NIAB's dentro das corporações.

**12- Major Jardel (Corpo de Bombeiros Militar) –** Melhorar os critérios na avaliação psicológica dos candidatos que desejam ingressar na carreira de bombeiro e policial para que o perfil do candidato seja compatível com as atividades que a corporação realiza.

**13- Tenente Coronel Miriam (Psicóloga do Hospital do Policial Militar e Representante do Conselho de Psicologia) -** Sugeriu à criação de uma Lei Federal ou na esfera estadual de projeto de lei que garanta uma avaliação psicológica diferenciada para os operadores da segurança pública, bem como assegurar que essa avaliação seja eliminatória nos concursos públicos.

**14- Luana (Psicóloga e coordenadora do Centro de Saúde da Polícia Civil do Estado de Goiás) –**

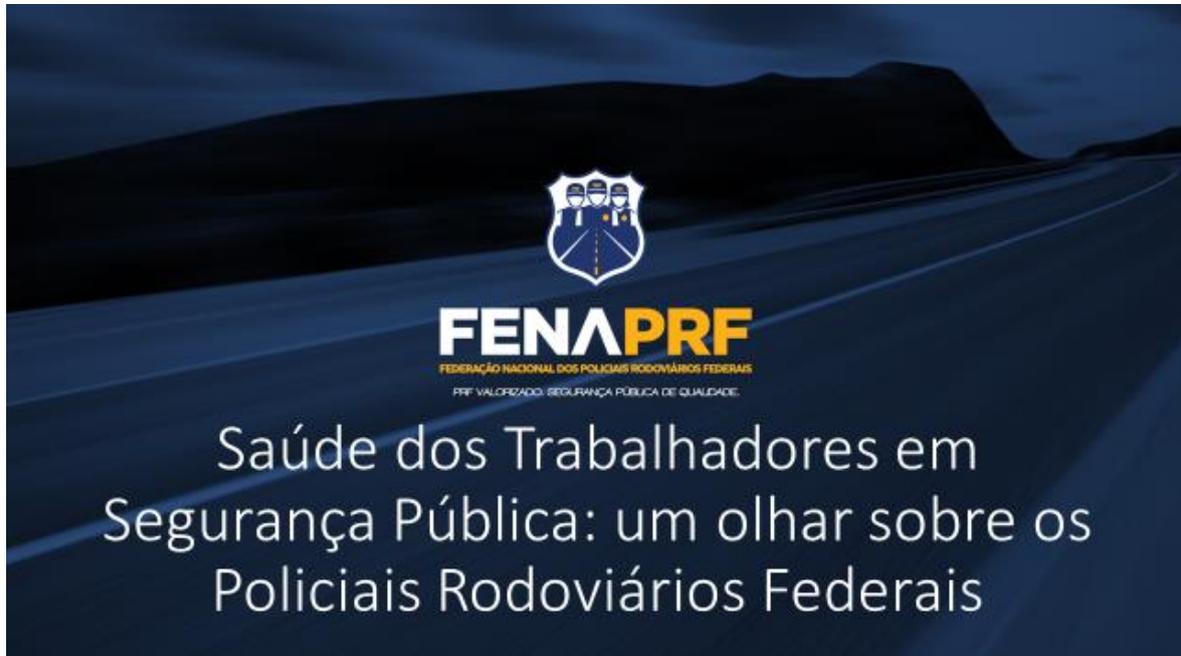
- Criar o quadro específico de profissionais da saúde dentro das corporações para contínua promoção e prevenção de saúde dos servidores.
- Operacionalizar Projetos e Programas de qualidade de vida, promoção de saúde e prevenção de doenças para todos os servidores.

**15- Edemundo Dias de Oliveira Filho (Presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB Goiás) –** Comprometeu-se, em nome da OAB, a assinar ofícios a serem apresentados ao Governador ou ao Secretário de Segurança Pública para a institucionalização do local de atendimento a saúde dos operadores da segurança pública.

**16- Ricardo Brisolla Balestreri (Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás) – O Secretário comprometeu-se a:**

- Criar uma Câmara Técnica para tratar da Qualidade de Vida e Saúde dos Servidores, composto por 7 a 8 pessoas, para viabilizar as reivindicações nessa área e possibilitar a criação dos cargos de saúde para compor o quadro das instituições de segurança.
- Sugeriu que a solicitação da criação do quadro de cargos na saúde dentro da Segurança Pública fosse viabilizada por intermédio das entidades de classe para reforçar e dar densidade ao pedido.
- Elaborar um diagnóstico sobre a atual situação de saúde dos operadores da segurança pública para direcionar qual o caminho se deva seguir. Sendo que uma parceria com a iniciativa privada seria uma opção para realizar esse estudo.
- Criar um link dentro do Portal da Secretaria de Segurança Pública que realiza a divulgação da produção intelectual dos servidores da segurança pública para incentivar a elaboração de trabalhos que abordem a qualidade de vida e saúde psicológica dos servidores públicos.

## ANEXO I



### O Estudo

- Objetivo de realizar um mapeamento das condições de saúde do PRF
- Doenças comuns
- Idade média de morte
- Causas de estresse
- Condições psicossociais



## Raio X – 2000 a 2016

- Aumento da População Brasileira: 18%
- Aumento da Frota de Veículos: 214%
- Aumento da Malha Viária: 16%
- Efetivo: O mesmo, e envelhecido
- Em 2000: 40% entre 26 e 35 anos
- Em 2016: 44% entre 36 e 45 anos

## Efetivo Envelhecido e Doente

- 54% com doenças osteomusculares
- 27% com doenças digestivas
- 16% com doenças cardiovasculares
- 13% com afastamento em 2016 para tratamento de saúde em decorrência direta ou indireta da atividade policial
- Idade média de morte: 56 anos



## Saúde Mental

- Ao contrário da média da sociedade, a saúde mental do policial é pior do que a saúde física
- 94% com nível alto ou médio de estresse ocupacional
- 39% com alto estresse ocupacional
- 36% com doenças mentais e comportamentais

## Vitimização Policial

- 493 policiais mortos em 2016
- 1,35 policiais mortos por dia
- 73 mortos/100 mil policiais
- Taxa de homicídios Brasil: 26,74 (ONU, 2012)
- Policial tem 2,7x mais chance de morrer
- Japão: 395 mortos em 2016 (126 milhões de habitantes)

## Vitimização PRF – 2007 a 2016

- 53,3% das mortes relacionadas com o serviço
- Mortes em acidente de trânsito: 65% superior à média brasileira
- Taxa de suicídio: 2,3x superior à taxa brasileira
- 45% das mortes em idade inferior à 40 anos

## Mensagem final



## ANEXO II

### O CUIDADO COM A SAÚDE DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

Leonardo F. Faria



## As principais causas de estresse nos policiais são:

- Matar durante ocorrências;
- Morte de policial em ocorrências ou decorrências do serviço;
- Falta de apoio institucional ou de seus chefes ou comandantes;
- Corrupção;
- Rompimento de laços e rituais familiares;
- Relacionamento e aceitação pública (LIMA, 2002).

3

## Síndrome de Burnout



4

- Prevalência de Burnout em profissionais da área de serviços de assistência (**professores, profissionais da saúde, policiais, assistentes sociais, advogados etc.**) - Jardim, Silva Filho e Ramos (2004)

5

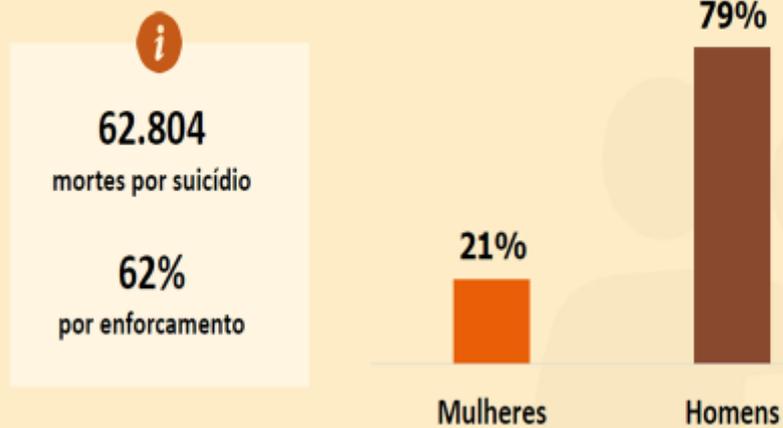
Tal como acontece com o suicídio na população em geral, além de depressão, abuso de álcool e de substâncias são fatores comuns associados.

- **Estilo Cognitivo**
- **Fatores Psicossociais**
- **Personalidade**



## Homens morrem mais por suicídio

SIM – Brasil, 2011-2016



## ANEXO III

### Saúde Mental do Militar de Goiás

Por Bruna Tomazetti  
CRP 09/4147



A (APBM-GO) **Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Goiás**, presidido pelo Coronel Almeida em parceria com o **Grupo Staff Assessoria e Consultoria Ltda, representada pela Psicóloga Crp 09/4147 e Empresária Bruna Tomazetti**, formataram e realizaram uma pesquisa *on line*, por meio de um questionário. Os agentes participantes desta pesquisa são policiais, cabos, soldados, aposentados e pensionistas que fazem parte da Corporação da Polícia Militar do Estado de Goiás. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a Saúde Mental/Psicológica do policial militar do Estado de Goiás, buscando compreender seu desenvolvimento humano integral e como podemos auxiliá-los no desenvolvimento profissional.

A faixa etária dos respondentes foram entre 41 a 50 anos (35,1%) entre homens (81,1%) e mulheres (18,9%), que fazem parte de 8 Entidades ligadas à Polícia Militar: Associação dos Subtenentes e Sargentos PM/BM (ASSEGO); Associação dos Oficiais PM/BM (ASSOF); União dos Militares (UNIMIL); Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Goiás (APBM.GO); Associação dos Cabos e Soldados PM/BM (ACS); Associação Militares Inativos de Goiás (AMIGO); Associação dos Oficiais Militares Inativos (AOFMIL); Associação das Pensionistas da PM/BM (APPBM). Ressalta-se que (35,3%) dos respondentes estão lotados no 1º Comando da Polícia Militar de Goiás (CRPM). Fizeram parte também desta pesquisa a sociedade que não estão ligadas a nenhuma das Entidades descritas anteriormente.

O maior número de participantes nesta pesquisa foi da sociedade diversa (37,8%), seguido da ASSEGO (18,9%), após vem as duas entidades com (13,5%) ASSOOF e UNIMIL, APBM.GO (10,8%), ACS (5,4%). Destaca-se que a AMIGO, AOFMIL e APPBM não tiveram respondentes.

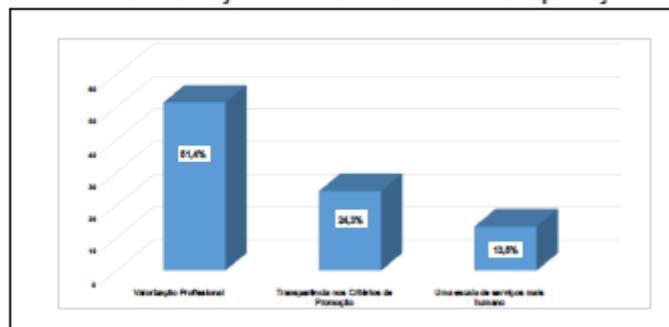
Quando questionados sobre qual deve ser o "**foco das Entidades Militares**", pontuaram em primeiro lugar a assessoria jurídica (43,2%), outros (21,6%) e por último a proteção pessoal (18,9%). Chamamos atenção para a necessidade de esclarecimentos e procedimentos jurídicos, principalmente um nicho de trabalho nesta área específica.

No que diz respeito às **reivindicações de direitos, 40,5% dos respondentes, expuseram que as entidades devem reivindicar junto ao Governo Estadual de Goiás** a manutenção dos direitos, seguido de (35,1%) para melhorias de salários e (18,9%) aumento do efetivo. Isso é reflexo da

desvalorização do profissional, que precisa ter um olhar mais humano na busca dos direitos pertencimento junto a classe militar.

**A maior reivindicação junto ao Comando da Corporação foi: (51,4%) de valorização profissional, em segundo com 24,3% a transparência nos critérios de promoção e por último é uma escala de serviços mais humano com 13,5%. (Gráfico 1).**

**Gráfico 1 – O que você gostaria que a sua entidade reivindicasse junto ao Comando da Corporação?**



Fonte: Associação Brasileira da Polícia Militar do Estado de Goiás (APBM-GO)/2017

Traduz uma perspectiva de instruir o que significa “valorização profissional” e seus critérios de avaliação. Trazendo uma visão ampliada sobre como devemos afinar o funcionamento da cultura de “desenvolvimento humano” e proporcionar maior acolhimento desse público.

**Um aspecto positivo refere-se o consumo de bebida alcoólica por parte dos respondentes.** Os que não fazem uso bebida alcoólica corresponde a 62,2% e 37,8% fazem uso bebida alcoólica.

**Quando foram questionados se já participaram de algum programa de Saúde Mental,** 89,2% afirmam que não e que (10,8%) disser que sim. Isto significa a necessidade de investimento na área de Saúde Mental, tendo em vista que se trata da segurança pública. Para gerar segurança, precisa ser compreendido o que é “segurança pessoal” e valoriza-lo como seres humanos que precisa de cuidados para melhor equilíbrio social.

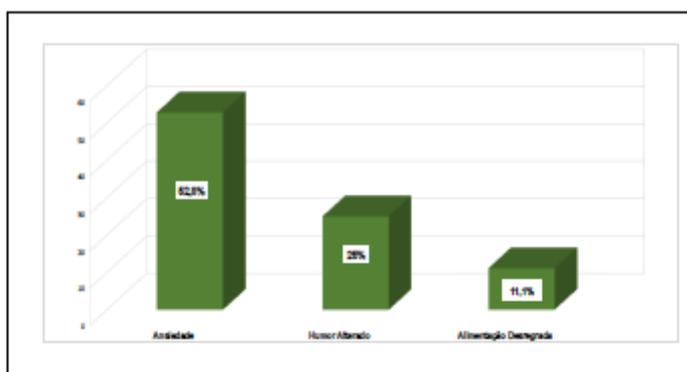
No item do questionário **“o que você sugere para melhorar a valorização profissional no meio da Instituição PMGO?”, as respostas foram:**

- Apenas uma cortina na minha janela. Acompanhar a evolução.
- Que o policial militar seja tratado como todos os outros servidores estaduais, no tocante a escalas de serviço e direitos.
- Melhor acompanhamento da saúde mental de todos os integrantes da instituição.
- Reconhecer e motivar com recompensas os bons profissionais.
- Prestação de horas extras ser de verdade voluntariedade do PM.
- Gratificação por desempenho.
- Manter as promoções da forma com que vem sendo aplicada na PMGO.
- Excesso de cobranças por resultados que às vezes não depende de nossas atividades.
- Valorização = salário digno!!!
- Mais respeito.
- Programas de recompensas e melhor valor do AC4.

- Deixamos de executar atividades inerentes a outros órgãos estatais. Buscamos a reposição salarial sem defasagem.
- Valorização profissional.
- Valorização profissional; manutenção dos direitos adquiridos; pagamento em dia dos salários e bem como dos reajustes e data base de direito.
- Ser valorizado.
- Valorização profissional e salarial, maior tempo intrajornada e melhor atendimento de saúde no HPM.
- Promoções e salário.
- Mais interesse por parte dos comandos no bem-estar de toda tropa.
- Valorizar o policial de linha de frente que não é reconhecido hoje. Os que são valorizados são os que tem padrinho as promoções. Vem para o trabalho sem preocupar, enquanto que outros estão tomando sol e chuva, nem meritória se quer e é aberto.
- Reconhecimento do trabalho.
- Respeitar mais os PMs mais antigos, coisa que não está acontecendo e não estamos sendo valorizados e nem tendo promoções. Não estão olhando as qualidades do PM e dando valor a muitos que não merecem, ou seja, está trocando os valores. Estou indignado.

**Analisando o Gráfico 3 a seguir "o que levariam buscar um profissional da Saúde Mental", percebe-se que a ansiedade ocupa o primeiro lugar com 52,8%. É um dos fatores que necessita ser trabalhados dentro da Corporação.**

**Gráfico 3 – O que levariam buscar um profissional da Saúde Mental?**

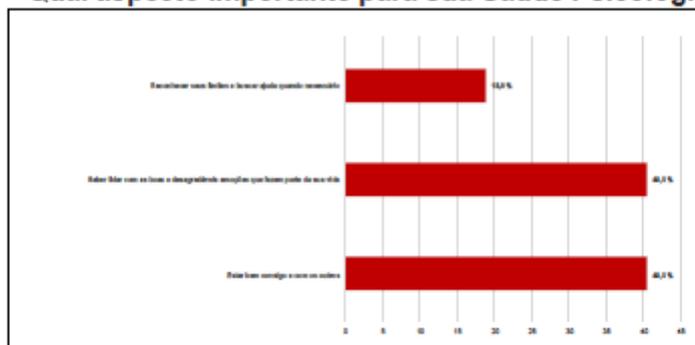


Fonte: Associação Brasileira da Polícia Militar do Estado de Goiás (APBM-GO) - 2017

Nesse sentido, desenvolver trabalhos de Psicoeducação e ações práticas de informações são fundamentais, para auxiliá-los tanto na vida profissional, quanto na vida pessoal na busca de equilíbrio mental.

**Na gestação desta pesquisa foi solicitado aos entrevistados, qual o aspecto que julgam importante para a sua própria saúde psicológica.** Os resultados indicam (Gráfico 3) que, 40,5% responderam que " estar bem consigo e com os outros e saber lidar com as boas e desagradáveis emoções que fazem parte da sua vida" e 18,9% reconhecer seus limites e buscar ajuda quando necessário.

**Gráfico 3 – Qual aspecto importante para sua Saúde Psicológica?**



Fonte: Associação Brasileira da Polícia Militar do Estado de Goiás (APBM-GO) - 2017

Os resultados comprovam a necessidade de construção de habilidades de “relacionamentos interpessoais”, com qualidade e busca pela organização do mundo interno e auxílio da administração do “viver” com qualidade de vida. Nestes aspectos, a implementação do planejamento estratégico, auxiliará na correção das distorções profissionais e facilitará a caminhada coerente para a visão da Polícia Militar do Estado de Goiás. Sugerem dados objetivos de cuidado humano, zelo e transparência profissional e principalmente a busca do “MILITAR”, no cuidado do viver com equilíbrio. Isso exige trabalho de orientação terapêutica.

Implicitamente leva-nos a reflexão: tirar o foco da racionalidade, ampliar o que é a normalidade e instruir o militar na construção da inteligibilidade para o sofrimento.

Pretende-se com esta pesquisa desenvolver projeto de políticas públicas, em parceria com o Grupo Staff Assessoria e Consultoria Ltda. com o objetivo: de desenvolvimento humano integral com foco na valorização do desenvolvimento profissional.

Portanto a proposta para este trabalho seja:

- 1- **Psicoeducação e psicotraumas**
- 2- **Orientação pessoal**
- 3- **Orientação profissional**
- 4- **Plano de estratégias para acompanhamento profissional**
- 5- **Ciclo de palestra instrutivas (de acordo com dados de saúde mental citado acima)**
- 6- **Circuitos de conversas terapêuticas**
- 7- **Preparação dos militares para aposentadoria**
- 8- **Práticas de envolvimento das famílias no que tange a carreira militar.**
- 9- **Monitoramento de resultados, para continuidade de trabalhos da saúde mental do militar.**

Bruna Tomazetti  
Psicóloga CRP 09/4147  
Diretora do Grupo STAFF  
[www.grupo-staff.com](http://www.grupo-staff.com)

Aparecido Correia de Almeida – T Cel PMRR  
Presidente da APBM.GO  
Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Goiás